

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. História da Organização do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, Editora UnB, 1983. 591 p. ilust. (Coleção Temas Brasileiros, 52).

Earle D. Macarthy Moreira *

A Editora Universidade de Brasília, em sua *Coleção Temas Brasileiros*, vem proporcionando, com o melhor critério, aos estudiosos da história nacional, acervo bibliográfico de primeira ordem; o mais importante que hoje se apresenta, quer em número, quer em qualidade. E, também, o mais barato e de mais fácil obtenção; o que coloca o editorial ao alcance das bolsas, quase sempre magras, de professores e estudantes. Muito lhe devem os cursos de pós-graduação em História, tanto no que tange à produção de textos teóricos, como na reedição de obras de muito esgotadas, ou nos índices (*Almanaque Garnier*, 1903-1914; *Gazeta Literária*, 1883-1884), catálogos (*Exposição de História do Brasil*, 3v; *Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco*), e bibliografias (*Bibliografia Histórica: 1930-1945*).

O livro de Flávio Mendes de Oliveira Castro insere-se, com mérito, nessa linha de produção e vem marcado pelos muitos anos de vivência diplomática de um verdadeiro peregrino do Itamaraty. Seu objetivo "foi o de mostrar a evolução orgânica do antigo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Guerra, desde a chegada ao Brasil do Príncipe Regente D. João até os dias de hoje". A esse propósito ateve-se com sucesso, evitando as tentações que o vasto material investigado ensejava. Não pretendendo ser uma história diplomática, *stricto sensu*, mas sim a história de um organismo de governo, destinado a implementar sua política exterior, nem por isso o deixa de ser, *lato sensu*, já que não se compreenderá bem a primeira, se ignorantes do funcionamento do segundo.

O volume divide-se em quatro livros. O primeiro abrange o período de 1808 a 1857, com ênfase nas gestões de José Bonifácio, em que ocorre a separação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros da dos Negócios da Guerra (2.5.1822); do Marquês de Aracati, marcada pela primeira organização da Secretaria (15.9.1828); do Visconde de Sepetiba, autor do 1º Regimento Consular (14.4.1834) e do 1º Regimento das Legações (15.5.1834), assim

como do 1º Regulamento da Secretaria de Estado (26.2.1842); de Saturnino de Souza, com o 2º Regulamento Consular (11.6.1847); e do Visconde do Uruguai, na qual se procede à primeira organização do Corpo Diplomático brasileiro (22.8.1851), seu regimento (20.3.1852), o número e a categoria das Missões Diplomáticas (20.3.1852) e, pela primeira vez, a tabela de remuneração no exterior (6.4.1852).

A cada página sente-se, acompanhando a inteligente e sóbria pontuação histórica, que o A. soube imprimir, com a maestria própria do ofício, o peso das dificuldades que pesaram sobre aqueles pioneiros, em seu afã de criar e aperfeiçoar, “em campanha”, um organismo que respondesse adequadamente aos enormes problemas que afligiam o novel Império no enfrentamento internacional.

É tempo de baixar regras sobre passaportes, cerimonial, despachos de navios, emolumentos consulares; mas, é também tempo de negociar empréstimos em Londres, de obter o reconhecimento da Independência, de incrementar a exportação, de controlar as importações, de discutir, avaliar e liquidar as presas marítimas feitas pela esquadra no bloqueio do Rio da Prata. Aliás, “o trabalho da *Comissão de Presas* foi enorme, provocado de um lado pelo grande número de embarcações apreendidas, de diferentes nacionalidades, e por outro; pela atitude, muitas vezes arbitrária, do *Almirante Rodrigo Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata*, e Chefe da Esquadra brasileira que impôs o Bloqueio”. (p.44/45)

As Comissões Mistas Brasileiras – Inglesas, instituídas para operacionalizar os tratados relativos às proibições do tráfico e contrabando de escravos vindos da África, “atuavam como verdadeiros tribunais de exceção e suas sentenças arbitrais eram irrecuráveis”. (p.44)

É tempo, também, da *Convenção Preliminar de Paz*, entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, “que reconheceu a independência e garantiu a integridade do Uruguai (27 de agosto de 1828)”. (p.37) É tempo de negociar convênios e de firmar acordos sobre fronteiras, tema sempre delicado e então mais ainda. É tempo de Revolução Farroupilha, de Rosas, de Caseros: “É, realmente de se admirar como a *Secretaria de Estado*, com uma estrutura tão rudimentar, conseguia enfrentar tantos e tão graves problemas a ela submetidos”. (p.81)

O Livro II corresponde ao período 1859-1909. Época de grandes reformas e melhorias para a carreira, demarcada pelas figuras ímpares dos dois Rio Branco. O quadro de pessoal aumenta em número e preparo. Problemas de sucessão de súditos estrangeiros, conflitos freqüentes entre autoridades locais e cônsules de outras nações, deserção de marinheiros, incremento da imigração, etc., levam à negociação de uma série significativa de acordos consulares com as demais potências, regulando as respectivas competências.

Nem sempre a repartição conseguia sopitar o fel, quando se desatavam na Europa campanhas de descrédito, cuja finalidade era desestimular a vinda de imigrantes. Com referência a uma dessas ocorrências, em Portugal, cujo governo via, certamente, com melhores olhos a saída de sua gente para Angola ou Moçambique, assim se pronuncia o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, no relatório de 1861:

“2º – Que a mortalidade dos súditos portugueses seria consideravelmente inferior, se atendessem eles aos preceitos higiênicos, e, se menos açados por fazer fortuna, não se entregassem dezarrazoavelmente a trabalhos de toda a espécie, e cuidassem mais de si, quer pelo que respeita à alimentação, quer ao tratamento quando se sentem doentes;”. (p.117)

A década 1860-1870 está marcada por incidentes com os EE.UU., decorrentes da Guerra da Secessão; pelo rompimento das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha; pela intervenção no Uruguai e pela Tríplice Aliança e Guerra do Paraguai. Nos anos seguintes, até o fim do Segundo Reinado, “a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, a partir de 1860, já havia começado a acumular um acervo de informações não-políticas, especializadas, recebidas regularmente, através de Relatórios, cuja utilidade de divulgação ia se tornando cada vez mais evidente”. (p.127)

Em 1889, no momento da proclamação da República, eram 74 os funcionários diplomáticos e consulares que defendiam os interesses brasileiros na América e na Europa. A lotação da Secretaria de Estado, incluído o Ministro, era de 31 pessoas.

Os salários do pessoal, após 31 anos, receberam um módico aumento, na gestão de Quintino Bocaiuva (1890): “prova eloqüente não só da parcimônia nos gestos públicos, no tempo da Monarquia, mas sobretudo da estabilidade do antigo padrão monetário: o mil réis”. (p.144)

Houve, com Quintino, várias reformas adequando as engrenagens da Secretaria de Estado, do Corpo Diplomático e do Corpo Consular, à dinâmica do novo regime, as quais ressaltam do simples cotejo dos orçamentos: para 1890 – 805:706\$666, e para 1892 – 1.427:600\$000. (p.158)

A Questão das Missões e os problemas internacionais decorrentes da Revolução Federalista, mais a ocupação da Ilha da Trindade pelos ingleses, foram as questões difíceis dos primeiros anos republicanos.

É interessante registrar a importância atribuída à língua alemã, nos regulamentos de ingresso, a partir de 1895: “Os concorrentes aos lugares de *Amanuense*, que quisessem ser também examinados na língua alemã teriam assegurada a preferência para a nomeação”. (p.166) Para as vagas de 2ºs Oficiais, ela era obrigatória.

Em março de 1899, o Palácio Itamaraty passa a ser a sede do serviço.

Os dez anos do Barão do Rio Grande, com todos os seus sucessos, vêm passados a limpo, claro que com a tônica em seu aspecto administrativo, via de regra, o menos divulgada: “Durante a gestão de *Rio Branco* a rede consular não somente expandiu-se mas tornou-se mais eficiente graças ao aumento do número de seus funcionários e a elevação de seus vencimentos e gratificações...”. (p.207)

Nesse período, rico de realizações, o Brasil aderiu à *Convenção Sanitária Internacional* (Washington, 1905); à *Convenção Postal Universal* (Roma, 1906); à *Convenção Radiotelegráfica* (Berlim, 1906). Participou, além disso, da I e II Conferência de Paz de Haia (1889 e 1907); da Convenção de Genebra (1906); da IV Reunião da Conferência Internacional sobre Direito Marítimo, de Bruxelas (1910). Sediou a III Conferência Internacional Americana, no Rio de Janeiro (1906) e participou, com brilho, da IV em Buenos Aires (1910). Ressalta o A. que: “...grande número de tratados e convenções de arbitramento foram assinados na cidade de Petrópolis, a preferida de *Rio Branco* para a celebração desse tipo de ato internacional”. (p.208/209) Ajustes sobre fronteiras, comércio e navegação fluvial foram acertados com a Colômbia, o Surinã, Equador, Peru, Uruguai, Bolívia e Argentina. Conclui: “O falecimento do Visconde de Cabo Frio, em 1907, e do Barão do Rio Branco, cinco anos depois, marcaram o começo do declínio de um estilo de diplomacia à *La Belle Epoque* e o advento da fase moderna na história da organização do Ministério das Relações Exteriores, época caracterizada por prodigiosos avanços científicos e tecnológicos, marcada por duas conflagrações mundiais, pela criação da ONU e pelo desenvolvimento da diplomacia parlamentar, com especial cuidado nas relações comerciais entre os países”. (p.211)

O Livro III intitula-se: “Mais meio século de crescimento orgânico (1910-1960). O A. passa pelo crivo as gestões de Lauro Müller, Nilo Peçanha, Domício da Gama, Azevedo Marques, Afrânio de Mello Franco, Cavalcanti de Lacerda, Oswaldo Aranha, Leão Veloso, Neves da Fontoura e Raul Fernandes (1º). O Livro IV abrange os anos de 1960 a 1979.

Em suma: Flávio Mendes de Oliveira Castro, com este volume, não só atendeu às esperanças dos interessados na História Diplomática do Brasil, pondo-lhes à disposição um referencial da maior valia, como inscreveu-se, de forma magistral, entre os pioneiros de um ramo escassamente cultivado entre nós, ou seja, o da História Institucional.